

cadernos
IHU
ideias

**Os riscos e as loucuras
dos discursos da razão
no campo da prevenção**

Luis David Castiel

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção

Luis David Castiel

ano 11 • nº 188 • 2013 • ISSN 1679-0316

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 188 – 2013

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

OS RISCOS E AS LOUCURAS DOS DISCURSOS DA RAZÃO NO CAMPO DA PREVENÇÃO¹

Luis David Castiel

Para desenvolver os conteúdos indicados pelo título, que corre assumidamente o risco de parecer hiperbólico, este artigo vai se basear, sobretudo, em um conhecido personagem de histórias infantis que irá nos conduzir pelas vicissitudes da crise da racionalidade instituída pelo projeto iluminista com vistas a ordenar e pavimentar os caminhos humanos moldados pela ciência, tecnologia e pela proliferação de objetos técnicos. Também, pretende-se chamar a atenção para aspectos morais e ideológicos que parecem rodear a ênfase da racionalidade ensejada pelos discursos dos riscos que irão instituir muitas abordagens preventivas que proliferam na atualidade. Para isso, serão utilizados exemplos e ilustrações da literatura, do cinema e de eventos ocorridos e divulgados pelos meios de comunicação.

O protocolista e o louco

Hoje, no âmbito acadêmico, mas não apenas, se tornou naturalmente obrigatório empregar a internet para se fazer pesquisas/buscas bibliográficas sobre qualquer tema de interesse. Mesmo sendo um truísmo, importa mencionar que no contexto da investigação científica é considerado essencial investigar a situação do estado da arte em relação ao que se publicou em relação ao objeto de estudo. Ou seja, para uma pesquisa satisfazer aos cânones metodológicos, é fundamental proceder ao levantamento bibliográfico de forma bastante cuidadosa para evitar perdas de artigos eventualmente relevantes ao recenseamento.

Muitos *experts* em documentação científica apregoam a necessidade de se utilizar minuciosamente procedimentos, regras, enfim, protocolos a seguir para que não se percam arti-

¹ Uma versão anterior deste texto foi publicada em Castiel, LD, Sanz-Valero, J, Vasconcellos-Silva, PR. *Das Loucuras da razão ao sexo dos anjos*. Biopolítica/Hiperprevenção/Produtividade científica. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. Está autorizada pela Ed. Fiocruz a ser reproduzida nesta publicação

gos nesta busca, especialmente diante da valorização de estudos baseados em revisões sistemáticas e metanálises que dependem de tais expedientes na montagem de seus universos de estudo.

Entretanto, um número considerável de pesquisadores não parece se deter nestes requisitos protocológicos ao efetuarem suas buscas bibliográficas, que utilizam descritores e equações de busca. Mas os mencionados *experts* reiteram a importância de se utilizar os descritores e palavras-chave segundo a arte do aviamento farmacêutico, tal como os boticários faziam ao seguir os protocolos de elaboração de suas especialidades farmacêuticas, para que os resultados das buscas sejam os mais efetivos possíveis. Ou, usando o jargão epidemiológico, os mais sensíveis e específicos, com a menor margem de erros ou omissões na coleta de dados.

As estratégias de busca e apreensão de artigos costumam utilizar a álgebra booleana. Ou seja, em termos breves, equações algébricas que “capturam a essência” das operações lógicas E (inclusão), OU (intersecção) e NÃO (diferença), bem como das operações da teoria de conjuntos. Ela também é o fundamento da matemática computacional, baseada em números binários. Muitos não afeitos à história da matemática podem desconhecer a origem do termo *booleano*. Inclusive porque não é necessário saber-se sua origem para empregá-lo. Tal adjetivo provém do matemático inglês George Boole (1815-1864)¹.

Seus biógrafos mencionam que Boole era de origem humilde, que teria nascido na época e no lugar errados. Mas era uma pessoa com dotes de genialidade. Entre outras proezas, quando tinha 12 anos já traduzia poesia em Latim para o idioma inglês. Aos 24 anos publicou seu primeiro *paper* no Cambridge Mathematical Journal. Na década seguinte, produziu uma sequência de artigos originais que procuravam ampliar os limites da matemática. Logo, Boole começou a desenvolver os usos combinados da álgebra e do cálculo para processar números grandes e pequenos. Ele logo começou a ver as possibilidades de aplicação de sua álgebra a problemas lógicos. Foi assim que chegou às três operações já mencionadas (E, OU, NÃO) que constituíram a base de sua lógica binária.

A princípio, não se deu muita atenção à elaboração booleana contida em um trabalho publicado em 1854 (intitulado *An Investigation of the Laws of Thought, on Which Are Founded the Mathematical Theories of Logic and Probabilities*), mas cerca de 12 anos depois o lógico Charles Sanders Peirce retomou as ideias de Boole em uma conferência e passou 20 anos desenvolvendo para utilizá-las em elaborações sobre circuitos eletrônicos. Hoje, em vários níveis de pesquisa com recursos informáticos e telemáticos, é impossível abrir mão da lógica booleana e dos correspondentes desenvolvimentos gráficos dos diagra-

mas do também matemático inglês John Venn, contemporâneo de Boole (1834-1923)¹.

Vale mencionar mais um contemporâneo e conterrâneo de Boole e Venn, igualmente matemático, Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898). Mas este não teve a importância nem o reconhecimento como matemático em comparação a Boole. Charles era gago e tinha uma especial apreciação por jogos de palavras. Apesar de sua gagueira, gostava de ensinar matemática. Isso o ajudou a ter confiança em dar sermões, quando mais adiante em sua vida se tornou diácono. Além disso, Charles se dedicou à fotografia, especialmente de meninas. Seu campo de interesses matemáticos era, em termos bastante breves, lógica simbólica, determinantes, geometria, a matemática subjacente a torneios e eleições, muitos quebra-cabeças de vários tipos².

Charles publicou seus primeiros livros em 1860. Eram livros-texto de matemática feitos para estudantes. Em fevereiro de 1861 escreveu para a revista *The Train*, a qual precisava de um pseudônimo. Então, realizou mais um de seus jogos de palavras, sem saber dimensionar a importância desta vez: passou seu nome e sobrenome para o latim e depois os voltou para o inglês, invertendo suas posições: Lutwidge $\Rightarrow$ Ludovicus $\Rightarrow$ Lewis e Charles $\Rightarrow$ Carolus $\Rightarrow$ Carroll. Foi como passou a ser conhecido: Lewis Carroll, autor das notórias obras de literatura: *Alice no País das Maravilhas* e *Alice no País do Espelho*³. Ambas as obras foram feitas em homenagem à Alice Liddel, menina de 11 anos, uma das filhas de um dos decanos da Universidade de Oxford, onde Dodgson lecionava. Ele se afeiçoou profundamente por ela. Algo que viria a trazer grandes problemas à sua reputação.

O manuscrito do livro (originalmente chamado *As Aventuras Subterrâneas de Alice*) foi presenteado à Alice Liddel no Natal de 1863. Em 1865, foi publicado sob o pseudônimo do autor e com o título com que ficou conhecido. Em dezembro de 1871 foi lançado *Alice no País do Espelho*, que consumou a consagração de Charles, agora Lewis. Produziu outras obras de poesia, literatura, matemática e lógica. Morreu em 1898 de pneumonia, deixando muitas especulações e indagações a respeito de si e de sua fascinante obra – para além de sua produção acadêmica, assumindo uma aura mítica desde então.

Na introdução à versão castelhana de *El Juego de la Lógica* de Carroll, o tradutor, prefaciador e selecionador dos textos Alfredo Deaño em 1971 oferece um exemplo da mitologia do autor ao se referir acerca do caráter neurótico da lógica de Charles Carroll. Esta fusão de nome e pseudônimo, bem à feição dos jogos de palavras do autor dos livros de Alice, serve para “designar o homem que escreveu sobre trigonometria e sobre os sonhos”⁴ (p. 10).

Como se houvesse um Dodgson acadêmico (lógico sóbrio e circunspecto) e um Carroll literato (escritor delirante e criativo).

Um é prisioneiro de protocolos, outro, fugitivo das normas. E julga que as duas criaturas, tal como Dr. Jekyll e Mr. Hyde, aparentemente separadas, apesar de pertencerem ao mesmo corpo (já em si um contrassenso), se juntam no sem-sentido no seio da própria lógica. De tal forma que nos livros de lógica se fundem o matemático com o neurótico (sic) e o que resulta é a “lógica neurótica” de Charles Carroll³. Talvez fosse excesso atribuir um diagnóstico psiquiátrico de neurose também à sua lógica, ainda que se justificasse atribuir algo não aceitável à conduta de Dodgson, mas não exatamente como neurose.

De qualquer forma, tomamos a liberdade de incluí-lo na categoria “protocologista louco”, assumindo a loucura como um conceito ônibus, que, por ser impreciso, permite muitas e distintas definições e interpretações que inclui desde a insanidade mental, passando pela irreflexão, falta de discernimento; também, imprudência, temeridade; mas sobretudo aquilo que foge às normas, que é fora do comum; e, ainda, pessoa, animal ou coisa a que se devota grande amor ou entusiasmo⁴. No caso de Carroll, todas as possibilidades, de alguma maneira, podem ser aplicadas.

Curiosamente, Deaño não faz qualquer menção explícita às críticas aos comportamentos julgados impróprios na biografia de Carroll, ainda que esta psicopatologia pareça evocar tais emanções. Uma especulação acerca desta circunstância pode se localizar no fato de a Espanha no início da década de 1960 ainda estar sob o regime de censura do governo franquista, contexto de Deaño quando escreveu este texto.

Talvez hoje se possa sugerir, sem decerto a inclusão de comportamentos reprováveis tais como ocorreu com Carroll, que certas neuroses podem afetar a alguns “professores de matemáticas” (p. 13), adictos das formulações lógicas para descrever e explicar a realidade e a vida enquanto que aqueles “teóricos de manicômios”³ (p. 13) seriam capazes, talvez em insana consciência de criticar a estas disposições obsessivas.

Enlouquecimento próprio de tempos enlouquecidos. Sim, porque quaisquer críticas a este “estado natural de coisas” denunciando a insanidade dominante, em meio às pressões vigentes na academia, podem parecer despropositadamente ensandecidas. Quem sabe, alguma Alice contemporânea, decerto diagnosticada como portadora de distúrbio de hiperatividade e déficit de atenção, assistiria irrequieta ao desfile do monarca do País das Loucuras da Razão e exclamaria, para constrangimento dos circunstantes, “o Rei está louco”.

Uma das possíveis explicações – simplistas – atribuíveis a este panorama acadêmico decorreria da alta competitividade por recursos de pesquisa mesclada a lutas de prestígio. Também, cabe enfatizar ao frenesi de avaliações desfocadas e deslocadas em sua pseudomeritocracia bibliométrica. Para além de

seus méritos científicos, artigos e *papers* circulam também como mercadorias nos fluxos acadêmicos globalizados, fazendo com que acadêmicos se obriguem a se comportar sintomaticamente como coelhos de Alice, frenéticos em sua sobrecarregada demanda de atividades e tarefas.

Voltando a Deaño, este cita a Jean Gattégno, introdutor da obra lógica de Carroll em francês, em sua explicação da suposta contradição de Carroll, ao mencionar que sua literatura fantástica apresenta simplesmente o “mostruário de armadilhas e dificuldades em que caímos quando não observamos as regras e leis formuladas pela obra lógica”³ (p. 13).

Segundo Gattégno (apud Deaño³), os livros carrollianos de Alice consistiriam no repertório dos erros e perplexidades a que a linguagem nos conduz quando não a usamos com cuidado, e os livros dodgsonianos de lógica seriam manuais de profilaxia, destinados a nos mostrar os cuidados que devemos ter com a linguagem para que ela não nos enlouqueça. Especialmente, se pensarmos no afã empírico-lógico presente no ambiente de pesquisa.

Protocolologista é um neologismo que, de forma caricatural, designa um imaginário adepto incondicional dos protocolos que, de alguma maneira, se dedica a produzir, lidar ou seguir protocolos no âmbito de suas práticas de pesquisa ou de planejamento, gestão ou intervenção na saúde, seja na esfera coletiva ou na individual. Dá tanta importância a este modo de pensar e organizar a ponto de empregá-los para orientar sua própria vida. Protocolos, nesta acepção, consistem em dispositivos lógicos nos quais se pretende que os termos que os constituem sejam unívocos em sua semântica para que não haja ambiguidades de sentido que produzam interpretações equivocadas e ações errôneas.

Em outras palavras, protocolos se referem a procedimentos bem estabelecidos que se configuram como sequências (algoritmos) de ações objetivas, estipuladas para a execução de processos, de tal modo que possam ser realizados efetivamente, da mesma forma, por diferentes indivíduos, sem margem de interpretações subjetivas. Em termos esquemáticos, a grande questão que se coloca é a ideologia subjacente que se naturaliza e estabelece referências e padrões preferenciais para a gestão das nossas vidas no formato imunitário da autonomia individualista racional.

Mas voltemos ao País das Maravilhas, cujo tema central é a luta de Alice para se adaptar às regras deste novo mundo, no caso, às regras e condutas do mundo adulto⁵. Pode-se extrapolar que *Wonderland* também é a terra prometida pelo globalizante capitalismo individualista neoliberal cujos preceitos, padrões e – por que não – protocolos racionais devemos todos nos pautar.

Há uma cena importante na narrativa: a da Hora do Chá. Alice está acompanhada de estranhos personagens: o já mencionado Coelho, o Arganaz (espécie de rato silvestre) e o Chapeleiro Louco. No enredo, o chapeleiro explica a Alice que ele está sempre tomando chá porque quando tentou cantar para a Rainha de Copas em uma festa, ela sentenciou-o à morte por “assassinar o tempo”⁶. Já naquela época não se devia matar o tempo – havia que aproveitá-lo para ser-se produtivo em meio ao contexto capitalista britânico da época.

Nosso herói conseguiu escapar à decapitação. Então, chega à conclusão que o tempo tinha sido “assassinado” de fato, e ele e o Coelho continuam a tomar o chá, mesmo que o relógio tenha parado de verdade. Na hora do chá, quando Alice chega, os indivíduos trocam de lugares à mesa, de um momento para outro e juntamente com o Coelho, o chapeleiro faz curtos comentários pessoais, perguntando charadas irrespondíveis e declamando poesia sem sentido, de tal modo que Alice acaba desistindo da companhia⁶.

Na Louca Hora do Chá manifestam-se no registro lógico/ilógico dos convivas (à exceção de Alice) as peculiaridades da linguagem, onde transparece o talento para os jogos de palavras e charadas que notabilizou Carroll.

Há, também, em Alice no País do Espelho um importante diálogo entre Alice e o personagem em forma de um grande ovo – *Humpty Dumpty* (em inglês, é uma expressão que designa pessoa pequena e desajeitada; mas também há várias outras teorias para sua origem, incluindo uma menção ao monarca corcunda Ricardo III, personagem de Shakespeare)⁷.

“Quando uso uma palavra”, diz *Humpty Dumpty*, com um tom de escárnio, “significa o que escolhi para significar, nem mais nem menos”. “A questão é”, diz Alice, “se podes fazer palavras significarem tantas coisas diferentes”. “A questão é”, diz *Humpty Dumpty*, “quem vai comandar – isso é tudo”⁶ (p. 136).

A univocidade não é apenas o produto do que há e que é colocado em cena e visualizável. Mas também de uma série de mecanismos para evitar a aparição e a experiência de multiplicidade, para lançá-la na invisibilidade. Há processos e métodos para apagar a natureza incerta de alguns aspectos em favor de objetos aparentemente estáveis e separados⁸.

Em algumas circunstâncias (como em situações médicas de urgência) podem ser imprescindíveis, mas podem ter o efeito dúplice de instituir um modo preferencial de instituir realidades para habitar e desinstituir outras possibilidades interessantes de se viver.

O Chapeleiro Louco providencialmente se encarrega de embaralhar a lógica que busca a univocidade. Antes de seguir, cabe mencionar a origem desta expressão inglesa. Há controvérsias quanto a isso. Pode derivar da incidência substantiva do

verbo *hatter* – que têm os significados de *importunar*, *fatigar*, *desgastar*, pode ser referido ao inglês chamado Robert Crab que no século XVII era identificado por seu chapéu chamativo e conhecido em sua localidade por *mad hatter*. Ele teria dado sua riqueza para os pobres e vivido se alimentando à base de comida encontrada no campo, como frutas vermelhas, grama e certas folhas; pode ser uma adaptação da palavra inglesa *atter*, com o significado de veneno, relacionada com a palavra *adder* referente a um tipo de víbora; e pode estar relacionado à intoxicação mercurial crônica (também denominada Síndrome do Chapeleiro Louco) comum nos séculos XVIII e XIX, quando o nitrato de mercúrio era usado para curar ao feltro⁹.

Suas manifestações incluem uma neuropatia sensorio-motora periférica moderada com tremor, estomatite, vermelhidão de pele e uma síndrome neuropsiquiátrica caracterizada por timidez, isolamento, facilidade em se enrubescer, irritabilidade, disposição para rixas e labilidade de humor. Há indícios que os trabalhadores da confecção dos chapéus de feltro colocavam materiais contendo mercúrio em suas bocas para amolecê-los de modo a torná-los mais maleáveis, permitindo seu manuseio¹⁰.

No entanto, mesmo sendo peculiar como era o modo de agir do Chapeleiro, seu comportamento não apresentava nenhum dos típicos comportamentos da intoxicação mercurial¹¹.

Além disso, o desenhista que ilustrou as primeiras edições dos livros de Alice, John Tenniel, teria se inspirado em uma figura importante da política inglesa e elaborado uma caricatura na figura do chapeleiro para o primeiro ministro Benjamin Disraeli. Ainda que não haja provas decisivas nesse sentido, as semelhanças entre as imagens dessas figuras são muito grandes¹².

Ainda assim, há uma hipótese de que Carroll teria sugerido a Tenniel que o desenhasse para se parecer com Teophilus Carter, um comerciante de móveis de Oxford, que era conhecido como chapeleiro louco por usar cartola e por ter ideias excêntricas – teria concebido uma cama despertadora que acordava a pessoa lançando-a fora do leito. Além disso, há muitos objetos de mobília na cena (mesa, cadeira de braços, escrivaninha)⁶.

Pois bem, contrariando *Humpty Dumpty* (e seguindo Lewis Carroll) vamos dar vazão ao fluxo associativo e explorar os sentidos da palavra mercúrio. Assim, nos deparamos com várias acepções para além do elemento químico e do metal líquido: na rubrica astronomia, o planeta mais próximo do Sol; há um vegetal mercúrio-do-campo; a derivação em sentido figurado – mediador de negócios, especialmente amorosos. A palavra mercurial se refere, como adjetivo, à substância mercúrio; como substantivo, ao medicamento no qual entra tal substância e à repreensão. No idioma de Carroll, como adjetivo, diz respeito, entre outras acepções, ao planeta, ao metal, ao deus, mas também a algo mutável, volátil, errático¹³.

Porém, interessa-nos aqui a etimologia mitológica de Mercúrio como deus do comércio, dos mercadores e dos ladrões. Sabe-se que Mercúrio é o equivalente romano do deus grego Hermes. Seu nome latino provém da palavra *merx*, mercadoria¹⁴. Era o mensageiro dos deuses, servindo-os com zelo, rapidez, mas sem muitos escrúpulos. Era considerado como o mais atarefado dos deuses e dos homens e tinha muita importância no conselho dos deuses. Além disso, atribuíam-se a ele quem teria organizado uma linguagem exata e regular, inventado os caracteres da linguagem escrita, configurado a regularidade das frases, nomeado a muitos objetos e coisas, entre outros aspectos. Não seria absurdo sugerir-se que seria o protodeus dos protocolos. Mas era criticado por seus defeitos: gênio inquieto (mercurial) e conduta sub-reptícia, reprovável¹⁵.

Mercúrio seria o pai do deus Pã, sendo Penélope, a mãe. Pã é outra divindade interessante. É o guarda dos rebanhos, deus dos bosques e dos pastos, protetor dos pastores, apresenta-se com chifres e pernas de bode. As ninfas faziam troça de Pã em função de sua aparência desagradável. Ele, segundo consta, teria decidido nunca entregar-se ao amor. Era visto também como o deus dos caçadores. Quando entrava nos bosques com sua sexualidade retumbante, aterrorizava as ninfas. Como símbolo da obscuridade, Pã causa nas pessoas os terrores *pânicos*, considerados sem motivos¹⁵.

Então, temos de ser, nos dias atuais, por razões diversas, devotos pagãos tanto de Mercúrio – divindade responsável pelo mercado, pelos fluxos de mercadorias, protetor dos mercadores (não mencionemos os ladrões), como de Pã – gerador do pânico – tanto como etimologia como pelo medo que provoca na selva global da economia capitalista em descontrole. Assim, estamos à mercê do correspondente pânico de recessão mundial no contexto de governos e empresas originários das vicissitudes dos mercados com seus riscos, apostas, perdas que, inclusive, se materializaram na megacrise financeira que assolou o mundo em finais de 2007, com agravamento no segundo semestre de 2008 e início de 2009 e cujas repercussões permanecem em 2013.

O país das loucuras da razão

A evocação de Mercúrio e de Pã se justifica aqui em função de se levar cada vez menos em conta a divina providência como recurso para zelar-se de fato por nossa proteção. Como assinala Bernstein¹⁶: o homem moderno transformou perigos em riscos. A racionalidade, a autonomia e a responsabilidade pessoal são os elementos que devem nortear nossas ações e suas consequências. Segundo ele, o que mudou na era moderna foi que Deus foi aos poucos sendo menos encarregado das operações para ze-

lar por nossa segurança e mais colocada na ciência e tecnologia. Muitos aspectos de nossas vidas que sempre estiveram sob os desígnios divinos agora estão cada vez mais sob o encargo humano. Assim, um grande território se separa do âmbito do acaso e passa a fazer parte dos domínios da ética e da moral (como as possibilidades de prolongamento da vida mediante recursos técnicos em centros de tratamento intensivo e as questões da pesquisa e uso de células-tronco pela medicina).

A razão e a ciência se configuraram como os vetores mediadores preferenciais nas relações entre o 'humano' e o 'mundo', cada vez mais desencantado. Com isso, as reações dos humanos aos perigos mudaram. Em vez de buscar harmonizar-se com a vontade divina, os humanos dedicam-se a uma procura atribulada de sintonia consigo mesmos, preferencialmente pela via da técnica, diante da aparente fragilização das religiões ocidentais seculares em relação à tecnociência.

Esse é o contexto para designar, parafraseando a Carroll, o que estamos denominando como o País das Loucuras da Razão, na verdade o conturbado mundo em que vivemos. As loucuras da razão que inspiram este artigo são expostas pelos riscos tecnológicos e foram exploradas por Joost Van Loon, que publicou em 2002 o livro *Risco e a Cultura Tecnológica: Rumo uma Sociologia da Virulência*, onde desenvolveu tal relação. Na época era professor de teoria social na Universidade de Nottingham, Reino Unido. Hoje é professor de sociologia geral e teoria sociológica na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, Baviera, Alemanha¹⁷.

Segundo van Loon¹⁸, a terrível ironia da moderna tecnociência se localiza no fato paradoxal de que, ao tentar exercer e aumentar seu domínio sobre as vicissitudes, termina por gerar mais vicissitudes. As contingências que se manifestam como sutis disfunções guardam a possibilidade de crescer e solapar cabalmente as premissas estruturais assumidas como estáveis, asseguradas. Parece que não há outra forma de sustentar a rota tecnocientífica a que estamos vinculados em busca do conhecimento e da previsão senão incluindo a disfuncionalidade.

As anomalias não podem ser excluídas porque pertencem à racionalidade organizacional dos processos tecnológicos e dos sistemas sociais contemporâneos. Parece que a principal resposta sociocultural disponível é a de ensejar um pânico moral e instituir a reatividade fóbica ao risco. Se assim for, esta situação conduz a tentativas irrealistas de controle, de modo que as estratégias de mediação neste contexto estarão sempre fadadas ao esgotamento, uma vez que a configuração geral das operações não tem possibilidades de integração. Haveria um desajuste primordial na gênese das causas que afeta a viabilidade de controlar, reduzir ou evitar as consequências.

O efeito colateral da busca de maior segurança mediante processos tecnológicos é gerar ambientes afetados por elevação da sensação de risco. Atualmente, não raro, as pessoas podem se sentir oprimidas pela descomunal carga de informações sobre riscos em seus cotidianos. Isso, de algum modo, faz com que as reações racionais ao risco sejam praticamente impossíveis.

Por exemplo, tenta-se constantemente se calcular e controlar riscos aparentemente mais fáceis de serem geridos, como aqueles sinais de doenças crônicas, níveis de colesterol, estresse, obesidade, tabagismo, exposição solar, sexo inseguro como alvos substitutos em relação aos medos existenciais. Mas isso diz respeito somente para aqueles que podem atuar como agentes de consumo de segurança e proteção pessoal¹⁹. Haja vista, por exemplo, no Rio de Janeiro, a aquisição de carros blindados – aliás, cada vez mais o termo blindagem se difunde em desdobramentos metafóricos que seguem uma sintomática imunitária levada ao paroxismo. Entretanto, quanto mais nos preocupamos com isso, mais o mundo parece ameaçador e mais medo se tem.

Como diz Bauman,

quando todo o mundo, em todas as ocasiões, é vulnerável e carece de certeza do que pode lhe trazer a manhã seguinte, é a sobrevivência e a segurança, não uma catástrofe repentina, que parece excepcional [...]. É a evitação dos golpes distribuídos aleatoriamente o que parece uma isenção, um dom excepcional, uma demonstração de graça, uma prova de sabedoria e a efetividade das medidas de emergência, a vigilância intensificada, os esforços extraordinários e as precauções excepcionalmente hábeis²⁰ (p. 70-71).

No entanto, Bauman¹⁹ parece não enfocar precisamente as questões do risco, especialmente no que se relaciona com o campo da saúde, ao afirmar que “riscos, afinal, são pragmaticamente importantes desde que continuem calculáveis e passíveis de uma análise de custo-benefício – e assim, quase por definição, os únicos riscos que causam alguma preocupação aos planejadores da ação são os que podem afetar os resultados numa perspectiva relativamente curta em termos de espaço e tempo” (grifo nosso, p. 132).

Ora, sem dúvidas, a afirmação em relação ao pragmatismo não há reparos a fazer. Mas é notória a preocupação no campo da promoção da saúde para intervenções nas exposições aos riscos (mencionadas há dois parágrafos acima) numa perspectiva nitidamente menos imediata em termos de espaço e tempo, ao propor o controle precoce dos assim ditos fatores de risco às doenças crônico-degenerativas. Veja-se, por exemplo, os enunciados dos riscos da obesidade infantil na incidência de diabetes

e na elevação dos níveis de colesterol – considerado fator de risco para enfermidades circulatórias na vida adulta.

De qualquer forma, diante da intensidade do individualismo nas sociedades modernas, mais decisões cruciais são colocadas no âmbito da responsabilidade pessoal, dificultando o desenvolvimento de estratégias racionais que sirvam para se lidar com as constelações de riscos vigentes. Se existe esta profusão de coisas arriscadas, deixa de ser razoável despendendo tanto esforço, tempo e recursos no enfrentamento de tantos e variados riscos...

Em suma, afastando-se de Deus, o homem obrigou-se a produzir explicações não religiosas para calamidades, desastres, catástrofes, assim como se forçou a criar meios de intervir para não ser pego desprevenido por elas. A moderna tecnociência foi fortemente motivada por um desejo de controlar, prever e prevenir. Fazendo com que a antecipação se manifeste em cálculo racional, perigos passaram a ser geridos como riscos em termos de probabilidades, assumindo o formato de uma holovigilância – vigilância total que pode ser subdividida em extero-vigilância – panóptica, disciplinar e coletiva, a qual se agrega a intravigilância – sinóptica, comportamental e individual.

Ambas são justificadas dentro de um regime de hipersegurança. Aliás, vivemos sob a égide de um Estado de segurança, uma vez que esta se tornou uma categoria política crucial²¹. O paradigma da segurança foi inventado para tentar administrar a desordem, e não para impedi-la²².

Podemos considerar que o paradigma da segurança possui uma grande proximidade com o paradigma imunitário, que veremos mais adiante. Ambos são instituintes e constituintes do ambiente que vigora na organização do mundo atual, que se apresenta cada vez mais sujeito a desgovernos, mas almejamos mantê-lo sob nosso governo pela via tecnológica – o qual, por sua vez, enseja mais preocupação com os riscos.

Sem dúvida, os meios de comunicação de massa participam intensamente da construção de um clima de aversão aos riscos que pode chegar, no limite, ao pânico moral, em função de sua velocidade de difusão extensiva, amplificação e atribuição de significados e de valores na exibição reiterada de ameaças desastrosas à nossa integridade, sobretudo no que se refere ao crime organizado, ao terrorismo internacional, ou mesmo, eventos isolados de hediondos assassinatos. Temos, então, montagens de redes e atores responsáveis pela insegurança fomentada por um estado belicista que declara guerra para enfrentar os riscos e as ameaças à estabilidade social.

Segundo van Loon (2002), trata-se de um conceito que surgiu como resposta para lidar com os riscos relacionados com o crime e a agitação social, primariamente dentro das fronteiras de um Estado-nação. A noção de estado belicista sugere que a rup-

tura da ordem social está sempre presente no horizonte da sociedade de risco. Não somente porque o potencial catastrófico da tecnociência não pode ser mais contido pelo princípio da segurança, mas também porque estas próprias tecnologias que nos permitem atribuir significados aos riscos – e que estimulam nossas sensibilidades a eles – foram afetadas pela virulência destes mesmos riscos.

Em síntese, a mídia atua vigorosamente na construção de um ambiente de riscos ameaçadores e, por sua vez, participa na justificação e legitimação de uma política de hipersegurança para o seu enfrentamento. Um exemplo ocorreu em novembro de 2010 no Rio de Janeiro durante o estado de aumento da sensibilidade ao risco diante da violência gerada pela disseminação de assaltos e incêndios de veículos automotores provocados por traficantes de drogas como protesto pela ocupação policial de comunidades pelas Unidades de Polícia Pacificadora (conhecidas também por UPPs). Como costuma ocorrer em eventos desastrosos, houve a reiteração pela mídia televisiva de assustadoras cenas de veículos sendo queimados que continuaram ocorrendo durante alguns dias em diversos locais. Por meio dessa rememoração da violência, aumentou ainda mais a sensação de insegurança em uma cidade marcada pelo convívio com manifestações criminosas resultantes do tráfico de drogas. Justificadamente, não havia qualquer dúvida que a resposta bélica por parte das forças oficiais era imprescindível para o retorno da ordem, ainda que os criminosos, em grande parte tenham fugido na ocasião.

As relações entre tecnologia, cultura e riscos

Agora, como uma breve e parcial síntese pode-se aventar que vivemos em um contexto em que as relações entre tecnologia, cultura e riscos são extremamente complexas. Considerado individualmente, cada risco pode ter uma etiologia racional e pode ser razoavelmente explicado, antecipado e sofrer intervenções. Entendidos como fenômeno cumulativo e complexo, os riscos parecem ser bem menos razoáveis. Encarados como um fenômeno geral abstrato, riscos se tornam apocalípticos¹⁷. Mais: insinuam algo de insano na forma com que a vida cotidiana nas sociedades tecnocientíficas, que, guardadas as diferenças, podem se tornar para muitos um desgastante exercício de convívio com a desordem e a insegurança. Não é à toa que convivemos seguidamente com situações catastróficas e sua respectiva difusão nos meios de comunicação de massa que ampliam a sensação de incerteza, imprevisibilidade e medo. Somente no decorrer dos últimos anos sucederam-se eventos catastróficos como a mencionada crise financeira global, a pandemia de gripe suína, a queda do Airbus da Air France no oceano, as enchentes na

região Serrana do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense e os desastres sísmicos no Haiti, Chile e Japão, entre vários outros eventos calamitosos.

Mesmo com fama de alarmista descontrolado, o jornalista da agência de notícias *Associated Press*, Seth Borenstein, especializado em ciências do clima²³, juntamente com a também jornalista Julie Reed Bell, divulgou uma matéria intitulada “2010, o mundo vai à loucura: terremotos, enchentes e tempestades” em diversos portais de notícias na internet e jornais impressos nos dias 20 e 21 de dezembro de 2010, no clima de retrospectiva anual que costuma ocorrer nesta época do ano. No texto, em síntese, enfatiza-se o fato de que nesse ano, em toda a nossa geração, houve estatísticas aumentadas de mortes – cerca de 260 mil pessoas – causadas por terremotos, ondas de calor, enchentes, vulcões, supertufões, tempestades, avalanches e secas em diversas partes do mundo. Mais mortes do que as ocorridas em ataques terroristas do últimos 40 anos. Mesmo considerando a dimensão aleatória para que se sucedam tais situações, há a responsabilização das ações humanas que levam a alterações climáticas, aumentando consideravelmente a probabilidade da correspondente ocorrência de calamidades.

Ademais, desastres provocaram perdas econômicas de 222 bilhões de dólares, valores muito elevados, mas que não se constituem em recordes porque muitas áreas afetadas eram pobres (como o Haiti) e não possuíam níveis altos de seguridade. Além dos desastres ditos naturais, houve catástrofes tecnológicas, como o enorme vazamento de petróleo no Golfo do México e colapsos trágicos em várias minas de prospecção de minérios nos Estados Unidos, China e Nova Zelândia (afortunadamente, o acidente do Chile foi uma das poucas exceções em termos de perda humanas)²⁴.

Cabe acrescentar ainda que apesar da separação entre risco e incerteza ser ainda dominante, pode-se considerar que ela é difícil de ser sustentada. Risco e incerteza se embricam: riscos são incertos, incertezas seguras. Van Asselt e Vos²⁵ afirmam que, no contexto do princípio da precaução, a incerteza é muitas vezes, implícita ou explicitamente, percebida como algo que pode ser erradicada. Ou, pelo menos, reduzida pela pesquisa, pela monitoração ou, simplesmente, pelo passar do tempo. Algumas incertezas podem ser estimadas, pois resultam de sistemas ou processos bem conhecidos. Porém, muitas incertezas relevantes no contexto do princípio da precaução não podem ser reduzidas e muito menos exorcizadas.

O “paradoxo da incerteza” se refere à adoção de uma medida preventiva diante da insuficiência de provas científicas. Em outras palavras, quando o princípio da precaução é utilizado para lidar com incertezas, o seu emprego acaba por demonstrar os

limites da ciência em proporcionar evidências “confiáveis” dos riscos potenciais.

Todavia, sempre que se estabelece uma ação preventiva, a ciência é chamada a fim de avaliar/avalizar os riscos potenciais. Em suma, trata-se de uma configuração paradoxal: por um lado, reconhece-se que a ciência não pode trazer as ansiadas evidências decisivas sobre riscos incertos, enquanto, por outro, recorre-se à ciência para procurar estabelecer-se algum nível de certeza. Assim, o conhecimento ocupa um lugar altamente paradoxal, se não contraditório, na essência do princípio da precaução.

Talvez um dos sinais primordiais da *loucura da razão* esteja localizado nas tentativas da razão de afirmar paroxisticamente sua sanidade ao apartar-se imunitariamente da loucura. Foucault²⁶ já palmilhava o trajeto que faz chegar ao medieval navio dos loucos – para onde as cidades medievais se livravam de seus insanos ao despachá-los ao mar e, depois no século XVIII, enviando-os aos asilos. O estatuto da loucura se transforma com o tempo, primeiramente como foco da exclusão, depois, do confinamento. Foucault percebe uma mudança. Durante a Renascença, a figura do louco era inseparável da Razão – a loucura da razão. Tanto que Pascal escreve que os homens “são tão necessariamente loucos, que não ser louco chegaria a ser louco de um outro tipo de loucura”²⁷.

No século XVIII, o racionalismo reivindica uma capacidade de escolher objetos e, nas novas regras do método cartesiano, eliminava-se a loucura ao relegá-la ao erro, à ilusão. Eliminada do reino do racional e tornada estigmatizada, a loucura se tornou a fronteira decisiva entre o mundo da razão e da desrazão. A loucura se tornou uma ameaça e o evanescimento do louco da cena era o requisito para a primazia da razão²⁸.

Alguns consideram que a razão torna os humanos mais livres, mas assume que nos faz também mais miseráveis. Isso porque a tecnociência amplifica enormemente nossos recursos de domínio e controle sobre a natureza, e, ao mesmo tempo, a primazia das Luzes se associa a um aumento de mitos e ritos imprescindíveis para lidar com o mundo que se torna sedutoramente deslumbrante e, decepcionantemente, desencantado²⁹.

Seguindo esta linha argumentativa, aderimos ao comentário de van Loon¹⁷ ao abordar a teoria dos atores-rede de Latour e indicar que o projeto latouriano parte de um experimento mental (*gedanken experiment*): e se a realidade e a representação não estão separadas? No caso, importa evitar o conceito platônico de Ideia como qualquer coisa que não seja a obediência à normalização de formas particulares do pensamento como conhecimento. Sem a submissão ao imperativo da Ideia, a razão perde suas pretensões transcendentais e se torna uma forma especificada culturalmente de busca de poder. Então, relati-

zando as afirmações categóricas de van Loon, mas mantendo sua análise sobre Latour, o que provém da razão – a moral, a verdade, os valores, a ética, expressa uma carga considerável de vontade de poder.

Aqui, estamos nos referindo que, ao lado dos avanços tecnocientíficos que nos maravilham diante de seu poder e alcance em nossas vidas, coexiste um lado “negro” das Luzes. Algo disfuncional como em um efeito adverso de algum avanço tecnológico em enredos de ficção científica. Ou algo trazido malevolamente por um anjo maligno, cujo nome se refere ao fato de ser portador das luzes, em sagas de fundo religioso. Mas o que está em questão é a tendência desarrazoada e autodestrutiva do pensamento moderno racional.

Formas racionais de organizar a desrazão

As mais impressionantes manifestações da loucura da razão se localizam nas políticas nazistas de extermínio que, inclusive, se basearam em políticas de outros países (incluindo os Estados Unidos) que geraram programas de esterilização de indivíduos considerados inaptos. Hitler admirava estes programas bem como a efetividade genocida estadunidense para com os povos indígenas deste país. As ideias de extermínio nazi se sustentavam em noções originárias de pervertidas fontes da pesquisa biomédica racial da época³⁰. Mas não apenas, teve a pretensão de se sobrepor intimamente com ela como uma manifestação nunca vista de biocracia³¹.

Pode-se considerar um momento crucial da tendência genocida nazista a reunião de altos representantes do governo alemão em janeiro de 1942 em Wannsee, lado ocidental de Berlim com o objetivo de determinar os critérios e métodos através dos quais o governo iria executar a política de Hitler no sentido de eliminar os judeus do âmbito de influência alemão nos territórios ocupados pelo regime nazista. Tal evento foi transformado em filme produzido pela BBC/HBO *Conspiração* (2001) (há uma outra produção cinematográfica alemã feita para a televisão (1984) chamada *A Conferência de Wannsee*) que apresenta a reunião secreta. O enredo do filme foi concebido de modo a apresentar a mesma cronometragem da reunião original.

O filme começa com a chegada de diversos oficiais de distintas instâncias nazistas para a reunião no casarão onde o coronel Adolf Eichmann, Oficial da SS para Assuntos Judaicos planejou cuidadosamente a reunião. Essa é coordenada pelo oficial da SS, Reinhard Heydrich (de uma forma mais perversa, ambos protocolistas no país das loucuras da razão), segundo em comando, subordinado a Himmler que inicia explicando o motivo da reunião: o significativo “problema judeu”, uma vez que os judeus da Europa não podem ser eficientemente contidos,

nem podem ser forçados a emigrar para outros países. Discutem-se as possibilidades de esterilização e de exemplos de raça miscigenada, nas quais os judeus que têm um ou mais avôs judeus. Logo adiante a discussão se dirige para a escolha mais adequada em termos de custos/benefício no uso de câmaras de gás para o extermínio em massa. O filme se mantém até o final na tensão e no calor da abominável discussão desenvolvida durante a reunião, cuja decisão, como costuma acontecer, já estava delineada: a construção de campos de concentração e a “solução final” através das câmaras de gás³².

Um ponto que merece detalhamento diz respeito à consideração objetiva de critérios de inclusão e exclusão para definir quem é judeu suficientemente para ser exterminado – exemplo cabal de tanatopolítica aplicada com “racionalidade”. Há emprego de dados demográficos e uma classificação do que é “ser judeu” baseada em relações de parentesco para definir a judaicidade de cada qual. Este material se encontra no assim designado Protocolo de Wannsee cujo texto em inglês foi baseado na tradução do original alemão feita pelo governo inglês preparada como prova (*evidence*) no julgamento de Nuremberg³³ depois revisada por Dan Rogers da Universidade do Alabama para corrigir erros e trazer clareza ao conteúdo.

Cerca de 11 milhões de judeus estariam envolvidos na solução final para a questão judaica. No decorrer da reunião se apresentam dados demográficos relativos à quantidade de judeus em cada país e região europeia. Esses números incluem apenas aqueles judeus que seguem a fé judaica, pois em alguns países não existe uma definição do “judeu” conforme aspectos raciais. Para a “evacuação” (eufemismo para a eliminação), os judeus seriam levados em grupos para os chamados guetos transitórios, de onde seriam transportados para o Leste.

O coordenador da reunião, o oficial Heydrich, declara que para isso há necessidade de definir exatamente as pessoas envolvidas – a “população-alvo”. Após discutirem a situação de judeus de mais de 65 anos, torna-se necessário definir os casos de miscigenação. Nessa situação, é preciso classificar pessoas de “mescla sanguínea” de primeiro grau como judaicas, com algumas exceções, a serem eventualmente revistas, como no caso de filhos de uniões com alemães, e daqueles que tiveram recebido permissões de isenção por parte do governo. Mas as pessoas miscigenadas, consideradas isentas, devem ser esterilizadas.

Pessoas de “mescla sanguínea” de segundo grau serão consideradas como alemãs, com exceção dos seguintes casos: pessoa “mista” nascida de uma união com os dois pais “mistos”, pessoa “mista” com uma aparência indesejável que a caracteriza exteriormente como judia, pessoa “mista” com ficha policial e

política que evidencia que tal pessoa se sente e se comporta como judia.

Casamentos entre judeus integrais e alemães devem ser julgados caso a caso para o cônjuge judaico ser evacuado ou enviado para um gueto de idosos. Os casos de união entre indivíduos mistos e alemães devem ser avaliados para a circunstância de não terem filhos – a pessoa mista de primeiro grau será “evacuada” (exatamente como na circunstância de judeus integrais e alemães). Se tiverem filhos, estes poderão ser tratados como judeus (pessoas mistas de segundo grau) passíveis de serem “evacuados” ou enviados para o gueto com o parente misto de primeiro grau. Se tais crianças são tratadas como alemães, estarão isentas da “evacuação”.

Em casamentos entre pessoas mistas de primeiro grau com pessoas igualmente mistas de primeiro grau ou judeus, todos são tratados como judeus e, portanto, passíveis de evacuação ou enviadas para um gueto de idosos. Em uniões entre pessoas mistas de primeiro grau e pessoas mistas de segundo grau, todos serão evacuados ou enviados para guetos de idosos, indiferentemente se possuem filhos, pois os possíveis filhos, via de regra, possuem sangue judeu mais fortemente que judeus de sangue misto de segundo grau³⁴.

O detalhamento racista contido no Protocolo de Wannsee impressiona também pelo horror contido na meticulosidade classificatória racional que define o destino funesto daqueles incluídos na “taxonomia” mortífera. Mesmo parecendo despropositada, a comparação da proposta nazista sob uma ótica nitidamente inversa, como em um negativo, pode-se imaginar uma reunião de autoridades políticas do campo sanitário ou econômico que vai estabelecer critérios para incluir famílias necessitadas em campanhas de vacinação, programas de suplementação alimentar ou de recursos econômicos.

Vale lembrar que muitas das razões de eliminação dos judeus não se prendiam a argumentos apenas raciais, mas também de saúde pública e biossegurança: era uma forma de desinfecção com vistas a eliminar piolhos – transmissores de graves doenças epidêmicas. Se piolhos contaminavam judeus, havia que radicalmente erradicar também aos “vetores de infecção”. Mas este jogo de deslocamento de significados epidemiológicos ia adiante: os nazistas consideravam os judeus como agentes causais infecciosos – sendo, inclusive designados por “bacilos, bactérias, parasitas, vírus, micróbios” que ameaçavam a saúde dos alemães³⁰. Não mais no plano alegórico, abstrato, mas na dimensão literal, concreta. De certa forma, além da designação sugerida por Esposito – “zoopolítica” no lugar de “biopolítica” em sentido estrito, caberia falar em *epidemiopolítica*, na perspectiva de estar-se lidando ainda que distorcidamente com a tríade epidemiológica clássica: agentes, hospedeiros e ambiente.

Obviamente, estamos no mesmo registro biopolítico. A descomunal diferença reside no fato de que no caso nazista se manifesta em sua execrável vertente tanatopolítica imunitária de regimes totalitários extremistas. Mais adiante voltaremos a abordar aspectos da biopolítica sob o ponto de vista imunitário. Neste momento, cabe enfatizar, seguindo Foucault, que o racismo incluído nas práticas biopolíticas define e vincula diretamente aqueles que devem morrer para que outros possam sobreviver³⁵. Mais: a tanatopolítica pode ser executada homogeneamente em todo o corpo social, não apenas por decisão soberana. O poder político assume processos biológicos como elemento central de suas atividades e o poder médico trata de executar meticulosamente as sentenças genocidas através de procedimentos organizados sistematicamente: “escolha na rampa de acesso ao campo, início da liberação do gás, declaração de óbito, extração de dentes de ouro dos cadáveres, supervisão dos procedimentos de cremação”³¹ (p. 181).

Como assinala Bauman baseando-se em Hannah Arendt, em relação ao julgamento de Eichmann, cujos advogados de defesa alegavam sua normalidade e senso de cumprimento burocrático do dever ao tentar cumprir um trabalho bem-feito:

Os bons burocratas [...] devem ser ponderados [...]. Devem escolher cuidadosamente os meios mais adequados aos fins que receberam ordem de atingir. Precisam empregar a razão para escolher o caminho mais curto, mais barato e menos arriscado que conduza ao destino apontado. Devem separar os objetos e as ações relevantes para a tarefa dos que são irrelevantes, e escolher as ações que aproximem o alvo, ao mesmo tempo pondo de lado qualquer coisa que torne mais difícil atingi-lo. [...]. Precisam avaliar e calcular. Precisam ser, na verdade, mestres supremos do cálculo racional³⁶ (p. 84).

Aliás, Bauman considera que “a solução final” constitui-se como efeito da racionalidade da era moderna, e não apenas um funcionamento defeituoso da racionalidade da era moderna. Se os nazistas utilizam lógica da razão tanatopolítica na Segunda Grande Guerra, no século XX os comunistas também a seguem no Gulag e os estadunidenses igualmente, ao explodir as bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no final deste conflito. Assim, teriam inaugurado a Guerra do Século XXI, no modo hiperpreventivo, alicerçada no triunfalismo da tecnociência, que viabilizaria uma mortandade bem mais veloz, sem a sujidade proveniente das mortes nazistas^{36 e 37}.

Mudando de foco, uma manifestação de convívio surpreendente entre razão tecnocientífica e loucura de quem não a obedece ocorreu justamente no Brasil. O fato chamou a atenção da mídia tanto pelo fato em si como por suas repercussões. O Pe. Adelir Antonio de Carli ficou conhecido porque morreu ao tentar

fazer uma travessia aérea sustentado em uma cadeira presa a mil balões de festa cheios de gás hélio (há uma tradição histórica de padres voadores bem sucedidos, como os Irmãos Wright e o brasileiro Bartolomeu de Gusmão). Condições climáticas impróprias o levaram para o mar, onde desapareceu. Seu corpo foi localizado a 100 km da costa de Maricá, Rio de Janeiro por um rebocador a serviço da Petrobrás, Rio de Janeiro, quase 3 meses depois do voo (3 de julho de 2008).

Então, em sua última proeza partiu de Paranaguá no estado do Paraná no dia 20 de abril de 2008, para ir até Dourados (Mato Grosso do Sul). Mas, conforme as condições meteorológicas, poderia ficar na cidade de Ponta Grossa, também no Paraná. Pretendia bater o recorde de permanência no ar em balões deste tipo – 20 horas consecutivas. A razão era nobre: chamar a atenção para a causa da Pastoral Rodoviária, entidade criada por ele para auxiliar espiritualmente motoristas de caminhão que trafegam nas estradas da região e conseguir recursos para construir um abrigo para eles.

Já havia feito um voo bem sucedido de 110 km com 4 horas no ar em 13 de janeiro de 2008 da cidade de Ampère (sudoeste do Paraná) até San Antonio, na Argentina. Em 2006, havia chamado a atenção por fazer denúncias de violação de direitos humanos contra moradores de rua em Paranaguá. Tais denúncias teriam levado à prisão quatro guardas municipais e o secretário municipal de segurança pública da cidade.

Para o segundo voo, carregava garrafas d'água, barras de cereais, um estilete (para furar os balões na aterrissagem), roupa térmica, dois celulares e um aparelho de GPS (*global positioning system*). No entanto, os celulares logo deixaram de funcionar, quando se desviou para o oceano e, como se soube depois, não tinha domínio para operar o GPS³⁸.

Como diz a matéria da revista semanal *Época* por ocasião do segundo voo:

Como se não bastasse tanto *risco*, a experiência em voo do padre era pouca, segundo Márcio André Lichtnow, que foi por algum tempo seu instrutor de voo alguns anos atrás. Segundo o paraquedista, ele teve apenas dois meses de instrução na escola de voo livre. O curso levaria seis meses, mas o padre foi expulso por indisciplina (grifo nosso)³⁹.

O episódio recebeu a atenção das agências internacionais de notícias e apareceu em diversos portais internacionais. No Brasil, a tragédia acabou gerando muitas troças e chacotas de humor negro de gosto duvidoso na internet: o próximo visitante da misteriosa ilha do seriado televisivo *Lost*⁴⁰, cartaz do filme *E o vento levou* com imagem dos balões⁴¹, desenho da série *Onde está Wally* procurando localizá-lo em uma praia, onde se divisa ao longe no horizonte os balões se aproximando⁴².

Uma das zombarias mais contundentes foi a concessão do prêmio Darwin – que é uma “distinção” atribuída ironicamente de forma simbólica àqueles que perpetraram equívocos tão graves que pagaram com a vida ou com sua própria esterilização. A premissa sarcástica e pouco benevolente é de fundo genético: assim tais indivíduos, ao provocarem sua autodestruição, “colaboram” decisivamente para a melhoria do fluxo (*pool*) genético humano ao eliminarem seus próprios genes “maus”⁴³.

No portal <http://darwinawards.com> aparecem os requisitos para a concessão do “prêmio”:

impossibilidade de gerar descendência – através da própria morte ou esterilização; excelência – forma espetacular com que gera o equívoco; autosseleção – causador do próprio desastre; maturidade – indivíduo em total domínio de suas capacidades mentais e físicas, em plena posse de faculdades de juízo e cognição; veracidade – a ocorrência não deve ser fictícia⁴³.

As premissas genéticas essencialistas da zombaria merecem ser abordadas porque se vinculam, mesmo no registro metafórico/sarcástico, a uma perspectiva ideológica biopolítica, de caráter imunitário. No limite, nas entrelinhas dos critérios dos prêmios Darwin parecem cintilar as ideias de Foucault ao dizer que

a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura³⁵ (p. 305).

Em geral, todas as chacotas abordam mais ou menos implicitamente o emprego impróprio daquilo que a civilização ocidental pressupõe como natural aos indivíduos considerados capazes para viverem nas sociedades modernas: falha no uso das faculdades racionais, utilização inadequada do livre arbítrio e da capacidade de decisão autônoma e falta de responsabilidade pessoal. Todas essas dimensões apontam para as características da situação: ausência de respeito às normas primordiais de segurança diante dos riscos que a aventura radical ensejava, o despreparo técnico no manuseio dos equipamentos tecnológicos de localização e comunicação, a desconsideração de dados de previsão meteorológica.

Em síntese, carência de controle, previsão e prevenção – elementos fatais. E talvez mais relevante ainda: uma possível crença desmesurada na divina providência, especialmente diante da justeza da causa – mas decerto insuficiente em tempos de riscos nos quais as instâncias divinas supostamente seriam menos levadas em consideração. Hoje não passa impune alguém que “desajuizadamente”, apesar de ser considerado possuidor

de suas faculdades mentais plenas, não teria seguido os protocolos indicados para a avaliação de riscos/benefícios a adoção de medidas de proteção. Isso reflete grave deficiência, passível de ser paga com a vida, com a agravante de se ficar à mercê do escárnio coletivo *post mortem*.

Outro episódio equivalente ocorreu em agosto 2005 quando um bimotor da companhia aérea tunisiana Tuninter, que partiu da cidade de Bari na Sicília (Itália) rumo a Djerba (Tunísia), caiu ao mar, cerca de 13 km da costa mediterrânea com 34 passageiros e 5 tripulantes. Dezesesseis pessoas morreram. Aqueles que sobreviveram tiveram que nadar para se salvar, enquanto outros se agarraram a partes flutuantes da fuselagem na água. Aparentemente, houve bloqueio dos dois motores. O piloto Chafik Gharbi tinha 25 anos de experiência⁴⁴. Gharbi teria optado por fazer um pouso forçado, no mar, em vez de tentar alcançar o aeroporto mais próximo do local.

Em março de 2009, um tribunal italiano considerou que o problema dos motores foi devido ao fato de não ter sido devidamente abastecido de combustível, e o tanque ficar vazio no decorrer do voo. Um problema no marcador de combustível, desenhado para aviões do mesmo modelo, mas para tanques de combustível menores, havia sido colocado antes da viagem. Isso foi considerado parcialmente determinante pelo acidente.

O outro fator responsável pela queda teria sido devido ao fato do piloto, conforme dados da caixa-preta do aeroplano, ter perdido o controle da situação e cedido o controle da aeronave ao copiloto para rezar, em vez de tomar as medidas de emergência para tentar salvar os passageiros e tripulantes. Por essa razão, foi condenado à prisão por homicídio culposo, juntamente com o copiloto e o presidente da companhia aérea. As penas variaram de oito a dez anos de prisão. Os advogados de defesa alegam que o piloto teria feito o que deveria para salvar o maior número de vidas e que diante do perigo, invocou seu Deus, como qualquer pessoa (crente) faria⁴⁵.

Neste momento, o piloto não pode ser qualquer pessoa. Ele é, antes de tudo, um profissional treinado para lidar com máquinas e seus riscos de operação. O suicídio involuntário do padre voador e a acusação de homicídio culposo do piloto crente se aproximam no mesmo registro – o descuido com as normas de segurança para o uso de objetos técnicos, em função de negligência ao se desviar do foco ao apelar a instâncias divinas – de outra ordem, sem lugar num contexto racional tecnológico. Aparentemente, para o padre a “justiça” é feita com a morte (e com as chacotas) e o piloto com a condenação jurídica.

Ciência, razão, loucura e religião

Outra representativa situação mortífera de tensão entre ciência, razão, loucura e religião pode ser ilustrada pelos acontecimentos que cercaram a suposta possessão demoníaca da jovem alemã Anneliese Michel nos anos 1970^{46 e 47}. Ela nasceu em 1952 em Leiblfring, na Baviera, mas foi criada com as suas três irmãs no pequeno município de Klingenberg am Main. Seus pais, Anna e Josef Michel, muito religiosos, lhe deram uma educação profundamente católica.

Em 1968, com dezesseis anos, Anneliese começa a manifestar sintomas e comportamentos compatíveis com o diagnóstico de epilepsia associada a um suposto quadro de esquizofrenia. Esta condição é assumida após ser examinada na clínica psiquiátrica da cidade de Würzburg. Ela é, então, encaminhada para internação no hospital psiquiátrico de Mittleberg, onde fica por cerca de um ano em tratamento. Quando recebe alta, consegue encerrar seu curso secundário e inicia estudos universitários de pedagogia na Universidade de Würzburg.

Mesmo assim, no decorrer desse tempo, Anneliese explicita continuar a ter visões horríveis e a ouvir vozes assustadoras dizendo que ela “queimaria no Inferno”, assumindo que estava possuída por demônios. Seus médicos não conseguem encontrar a melhora para sua condição, que vai se agravando. Começa a ver faces demoníacas e não suporta locais, nem objetos considerados sagrados. Neste ínterim, Anneliese foi medicada com periciazina para controlar convulsões e depois com carbamazepina para deter seus sintomas psiquiátricos. Ambas as drogas se mostraram ineficazes em controlar suas manifestações.

Em 1973, seus pais pedem aos sacerdotes de sua paróquia que a submetam ao ritual de exorcismo. De início, o pedido é recusado. Mas, em 1974, o padre Ernst Alt, um perito no assunto, chega à conclusão que Anneliese satisfaz aos critérios para a realização do exorcismo, uma vez que ela já apresentava comportamentos cada vez mais anômalos: agredia verbal e fisicamente a seus familiares, dormia ao chão e comia insetos e aranhas e chegava a beber a própria urina. Berrava durante longo tempo e destruía objetos religiosos, como crucifixos e imagens de Jesus. Com frequência, se desnudava, se urinava e se automutilava.

Em 1975, começam os rituais de exorcismo uma a duas vezes por semana que se estendem ao redor de nove meses. Nessas ocasiões, ela chegava a ser contida por até três homens, sendo até acorrentada. Ela também lesiona os joelhos em função dos movimentos compulsivos que faz com eles durante as sessões. Nesse período, continuava tomando os medicamentos. Mas nem o exorcismo nem o tratamento médico conseguem reverter seu quadro.

Durante esta fase, Anneliese refere-se a um sonho com a Virgem Maria, onde ela lhe apresenta duas saídas para a sua situação: ou ser liberta do domínio demoníaco ou seguir em seu martírio com a finalidade de demonstrar para todos a existência do mundo espiritual e dos entes diabólicos. Em outras palavras, Emily faria o sacrifício em função de uma causa nobre: a de produzir evidências ontológicas dos seres demoníacos – que, por oposição, levaria a efeito a demonstração para todos da consequente existência de Deus.

Anneliese teria eleito a segunda possibilidade. Em 1 de julho de 1976, no dia em que teria predito sua liberação, morre enquanto dormia, com 23 anos de idade. Exames *post mortem* indicam grave estado de desnutrição e desidratação.

Logo após o falecimento, os sacerdotes Ernest Alt e Arnold Renz comunicam a morte às autoridades locais que, por sua vez, abrem procedimentos jurídicos e investigações compatíveis com as circunstâncias. A seguir, as autoridades responsabilizam os dois padres e os pais de Anneliese de homicídio causado por negligência médica.

O bispo Josef Stangl que deu a autorização para o exorcismo não foi indiciado em função da idade avançada e estado de saúde frágil, vindo a falecer em 1979. Curiosamente, foi ele quem consagrou como bispo o padre Joseph Ratzinger, que viria a se tornar o Papa Bento XVI.

O julgamento iniciou-se em março de 1978 e despertou muito interesse na Alemanha. No decorrer do processo, os médicos declaram que a jovem não estava possuída e que os padres teriam involuntariamente reforçado ao induzir doutrinariamente, em razão do exorcismo, a condição psicótica de Anneliese. Mais: caso ela tivesse sido encaminhada a atendimento médico adequado de modo que fosse tratada a desnutrição e desidratação, não teria morrido.

A defesa jurídica dos padres foi realizada por advogados contratados pela Igreja. Os argumentos em defesa dos pais de Anneliese declararam que a prática exorcista foi lícita, pois as leis alemãs permitem que seus cidadãos o exerçam sem restrições suas crenças religiosas. A defesa também recorreu a “evidências” trazidas pelos conteúdos das gravações das sessões de exorcismo, nas quais aparecem falas assustadoras atribuídas aos demônios. Os dois religiosos explicitaram suas certezas quanto à possessão da jovem e a eficácia dos rituais ao livrá-la dos entes malévolos, ainda antes da sua morte. Na conclusão do julgamento tanto os sacerdotes como os pais foram considerados culpados de grave negligência, tendo sido estabelecido a pena de seis meses com direito à liberdade condicional sob fiança^{46 e 47}. Aos olhos da razão racional dominante, não há outra escapatória senão o estabelecimento da culpa diante da morte

vinculada a supostas crenças místicas. Não há mais lugar para coisas deste teor numa época de desencantamento do mundo.

Esta história serviu como inspiração para o enredo de dois filmes. Uma produção alemã (2006), dirigida pelo cineasta Hans-Christian Schmid, chamada *Requiem*⁴⁸ e outra, hollywoodiana (2005), por Scott Derrickson que foi adaptada à estética e ao contexto norte-americano, com mudança de nomes e locais – *O Exorcismo de Emily Rose*⁴⁹. Temos aqui numa curiosa mescla de filme de terror e de tribunal. Nosso interesse se dirige para a batalha retórica entre *experts* que ocorre no desenrolar do julgamento. O que cabe destacar é o enfrentamento dos especialistas convocados respectivamente pelo promotor e pela advogada de defesa (que sofre ao longo da história um processo de ascese espiritual). O *expert* médico ligado à acusação sustenta o ponto de vista psiquiátrico e o prejuízo que o exorcismo teria causado à saúde da jovem. Uma antropóloga especializada em possessões demoníacas é acionada pela defesa para mostrar a pertinência sociocultural das manifestações destes fenômenos e o papel dos ritos exorcistas na busca da cura.

Ou seja, o foco se coloca em um confronto argumentativo no interior da seara da razão científica. Aqui, o enredo apresenta um aspecto interessante: por mais evidências da eficácia farmacológica, o uso do psicotrópico (no filme, é simplificado para apenas um medicamento, denominado Gambutrol) para controlar as manifestações de epilepsia e de loucura da jovem teria impedido os eventuais efeitos psicossomáticos dos rituais exorcistas. Ainda assim, permanece no ar a possibilidade da persistência dos eventos espirituais que escapam ao mundo racional.

Enfim, por mais difícil que seja mudar as amarras racionais fortemente definidas na atualidade, urge que nos relacionemos de modo distinto com a cultura tecnocientífica e suas demandas racionais que podem derivar por sentimentos irrazoados – a loucura da razão. E isso inclui a forma de descrever, dar sentido e valor aos riscos e seu controle – que gera mais descontrole, riscos e insegurança. De acordo com van Loon¹⁷, isso diz respeito à relação com a ideia de confiança.

Uma mudança na “confiança” é o eixo desta questão. A confiança é uma entidade que sempre envolve um “outro” particular que lhe confere confiança. Este é o paradoxo da confiança. Só se confia se alguém outro lhe dá/atribui confiança. Construir a confiança é, em geral, um processo que consome tempo, mas, uma vez estabelecido, ele tende a perdurar. A confiança tem a conotação de estabilidade da relação no tempo. É esse sentido de confiança que permite tratar a confiança como condição necessária para a socialidade¹⁷.

Um exemplo interessante a tal respeito é o filme justamente intitulado *Confiança* (*Trust*) (1991) de Hal Hartley. O enredo tem a jovem Maria Coughlin (Adrienne Shelly), uma jovem estudante

secundária que está grávida do namorado. Ao informar ao pai a respeito do fato, ele sofre um enfarto fulminante e a mãe a expulsa de casa. O namorado a despreza, inclusive porque sua prioridade é a carreira no futebol americano através do ingresso na universidade. Matthew Slaughter (Martin Donovan) é considerado violento (carrega no bolso uma granada de mão, trazida da Guerra da Coreia pelo pai), já tendo sido preso por isso. É um *expert* em consertos e montagem de aparelhos eletrônicos, mas não consegue se ajustar aos empregos e suas injunções com as quais discorda, demitindo-se ou sendo despedido. Vive às turras com o pai obsessivo por limpeza que lhe obriga a limpar constantemente o banheiro de casa.

Estes dois desajustados se encontram em Long Island e acabam se aproximando. Justamente nesta atmosfera sombria e incômoda na qual prevalecem conflitos dolorosos e impera a suspeita quanto às intenções maldosas de todos os personagens, estabelece-se uma relação necessária de confiança e solidariedade entre eles, que virá a provocar mudanças nas posições subjetivas de cada um. A cena marcante nesse sentido ocorre quando Maria sobe em um muro e se lança de costas ao solo diante de Matthew, atônito, que corre para segurá-la com os braços. Há uma estética distanciada neste ambiente trágico e caricato que transita pelo *nonsense*, mas é bem sucedida ao transmitir com grande carga emocional as terríveis situações vividas^{50 e 51}.

De certa forma, o filme é representante de uma tradição cinematográfica de crítica social da época em que foi realizado. Mas é impressionante perceber como consegue descrever a crise moral e de confiança nas sociedades modernas que viria a ampliar-se sintomaticamente na década e meia seguinte.

Seguindo van Loon¹⁷, é importante perceber que a noção de confiança se vincula etimologicamente à *fides*, que também gera: fé, crença, credo, crédito, fidelidade. Todas pressupõem um pacto simbólico básico de crer nas palavras faladas e escritas nos acordos tácitos e explícitos entre indivíduos em suas instâncias pessoais e institucionais – uma espécie de arranjo essencial que permite reduzir a desconfiança que pode minar as possibilidades relacionais dos seres humanos.

A noção de confiança nos sistemas *expert* diz respeito somente à dimensão racional, cognitiva na qual o *know-how* é transformado em uma série de parâmetros puramente técnicos. Na verdade, está-se realmente se falando não de confiança, mas de confiabilidade, a capacidade de desempenho funcional de objetos em um mundo racionalizado.

A confiabilidade se baseia em um senso instrumental de fidelidade de acordo com as expectativas (por exemplo, equipamentos de alta fidelidade). No caso do padre voador, mesmo com a confiabilidade do equipamento, faltou o treinamento para

o uso apropriado, ainda que em circunstância inapropriadas. A ausência de ambivalência, ambiguidade e ruído é primordial à fidelidade instrumental. Decerto, por mais que a naturalizem como a única forma de confiança disponível na moderna sociedade ocidental, há outra forma mais transcendental de senso de confiança que se manifesta na fidelidade como *fides* que não nos chama a responder como esperado.

Ao invés, deriva da fé em algo transcendental. *Fides* se opõe à cultura tecnocientífica por questionar a relação entre ser humano e a natureza, não nos perguntando pelo ser individualista, mas sim clamando para a questão de que somos dependentes e aberto uns aos outros. A cultura tecnocientífica é uma organização social e simbólica particular de produção de sentidos: uma que impõe discernimento, sentido e valor. Contra esse entendimento da cultura tecnocientífica, pode-se propor uma outra forma de sensibilidade. Uma que não se baseie em uma fidelidade instrumental, mas na *fides*.

Analisar a organização atual das sociedades modernas demanda chaves analíticas que desmontem a armadura ideológica do capitalismo globalizado que passou a ser identificado com a realidade⁵². Requer uma postura desafiadora que “desnaturalize” esta formulação obsedante que é reiterada *ad nauseam* na mídia. Aliás, justamente a etimologia de *desafiar* provém da conjunção da partícula que traz o sentido opositivo *des* agregada ao português antigo *afiar* “afiançar, manter fidelidade com alguém” que, por sua vez, se origina de *a* + *fiar* “confiar”¹⁴. Desafiar, nesse caso, em síntese, significa afastar-se da fé tecnocientífica dominante, onde a noção de risco ocupa lugar fundamental na sustentação da razão técnica em seus afãs de normatividade. Importa, sobretudo, sinalizar suas opressivas contradições e desajustes estruturais, mesmo admitindo inegáveis benefícios setorizados. Algo que tenha o potencial de conduzir a algo que se constitua em um apelo para a possível utopia contemporânea: a da frenagem ou diminuição da sôfrega e atordoante aceleração que assola nossa cultura.

Para concluir

De alguma maneira, surgem discursos importantes que sinalizam para os diversos vetores tecnocientíficos que proliferam na época atual e a necessidade de criação de algum sistema inteligente global para tentar trazer alguma coordenação diante dos riscos de descontrole da situação.

Estamos aqui diante da assunção dos riscos catastróficos, veiculados pelos excessos da tecnociência – como diz Beck, “a sociedade moderna adoece não de suas derrotas, mas de suas vitórias”⁵³. Ou seja, dependem de decisões humanas que incentivem o aperfeiçoamento tecnocientífico, próprios à sociedade

moderna, vitórias que se distribuem de forma profundamente desigual e injusta entre as populações deste planeta.

Ao mesmo tempo, enfatiza-se a necessidade de hiperprevenção (prevenção + precaução + proteção) em função da ameaça das situações de desastres, infortúnios e falta de segurança (que inclui a dimensão representada pelo aspecto indicada pela expressão inglesa *safety*), mesmo com probabilidades baixas de ocorrência. Na retórica argumentativa, utilizam-se metáforas imunitárias (“antídotos”) para o tratamento hiperpreventivo das ameaças.

Além disso, importa ainda acrescentar que o vocábulo dicionarizado “prevenção” apresenta duas interessantes perspectivas semânticas em suas acepções: uma delas própria da conhecida lógica preventiva, de caráter, digamos, “objetivo” onde aparece: “ação ou resultado de prevenir-se” e “conjunto de medidas ou preparação antecipada de (algo) que visa prevenir (um mal)”. Por outro lado, há formas “subjetivas”, de base não racional vinculada à noção de ameaça: “opinião desfavorável antecipada; ideia preconcebida” e “sentimento de repulsa para com alguém ou algo, sem base racional; preconceito”⁵⁴. Pode-se utilizar o termo *hiperpervenção* indicando um estado no qual ambas acepções se hipertrofiam e se confundem, tanto no encaminhamento dito racional como sob a via não racional.

Assim, seguindo a Castel⁵⁵, nosso foco se dirige à “ideologia da prevenção generalizada” cuja meta é inalcançável e produz uma profunda aversão aos muitos riscos e perigos que nos rondam sem perspectivas de êxito. Algo que estimula altos teores de ansiedade que marcam a nossa época de modo inapelável.

Vamos cogitar, então, uma *montagem hiperpreventiva* em função das colocações em cena que se manifestam na noção de montagem. Aqui, se justapõem metaforicamente neste termo o sentido mecânico de construir um sistema de componentes agregados com uma finalidade particular e a manifestação artística que inclui a encenação teatral e o processo no qual se seleciona e se une em sequência as cenas de uma filmagem para que se torne um filme.

Esses aspectos visam buscar entendimento para a ampla gama de ações que organizam e difundem práticas com vistas à prevenção, precaução e proteção organizadas sob a forma de instâncias de governo e seus diversos agentes na gestão da conduta de indivíduos e grupos em suas vidas cotidianas.

Procurando se estabelecer nexos entre a grande amplitude de intervenções e as montagens que as orientam, pode-se captar a importância das estratégias de hiperprevenção veiculadas mediante *expertises*, vocabulários/retóricas, elementos de caráter moral (e identitário), incluindo representações e desdobramentos imaginários na atual configuração sociocultural da condução da conduta humana. Esses aspectos da montagem hiperpreventiva redefinem limites e focos para as perspectivas

vigentes e geram novas formas de se atuar naquilo que é trazido à cena, especialmente no campo da saúde.

Enfim, há indícios significativos de que estamos lidando com um panorama de fragilização das propostas da razão iluminista que geram visíveis distorções e instabilidades. Este quadro, por exemplo, se vincula ao espírito da nossa época, que estabelece um modo particular de compreender (-se), julgar, avaliar e intervir sob a perspectiva de obrigação pessoal sobre uma ampla diversidade de questões humanas, políticas e sociais. Proliferam variadas práticas que se cristalizam sob o imperativo do risco e da hiperprevenção, de forte cunho moralizante, impulsionadas por poderosos interesses econômicos e de pesquisa, estratégias persuasivas e insidiosas de comunicação, geração pública de ansiedades sob a égide de supostamente indiscutível legitimidade técnica e científica.

Importa considerar, a partir de Kirkland⁵⁶, modos alternativos para se pensar preventivamente sobre saúde e segurança que impliquem em necessários deslocamentos nos modos de tratar conceitos como risco, normalidade, vulnerabilidade, acessibilidade, prazer, equidade. Para isso, é preciso questionar as noções que sustentam uma ideia de saúde em seu aparente lugar de resultante de um processo estritamente neutro, racional, sem envolver dimensões políticas e sociais e suas complexas implicações. Decisões sobre como lidar com este estado de coisas assumem importantes aspectos de caráter pessoal: como alimentar-se, como medicar-se, como exercitar-se (ou não), como lidar com desgastes naturalizados da vida cotidiana e como relativizar as apresentações midiáticas de questões de saúde e prevenção.

Referências

1. Disponível em: <http://www.kerryr.net/pioneers/boole.htm>. Acesso: 23/12/2011.
2. GILBERTSON, J. *Lewis Carroll* "A man of science and mathematics who also happened to write nonsense". In: *Math* 471, October 25, 2005. Disponível em: <http://www.lewiscarroll.org/logic.html>. Acesso: 23/12/2008.
3. DEAÑO, A. 'Prologo a Lewis Carroll: El juego de la logica'. In CARROLL, L. *El juego de la Lógica*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
4. FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
5. Disponível em: <http://www.gradesaver.com/alice-in-wonderland/study-guide/section1/>. Acesso: 24/12/2011.
6. CARROLL, L. *The Annotated Alice. The Definitive Edition. Alices' Adventures in Wonderland & Through the Looking Glass*. New York: W.W. Norton & Co, 2000.
7. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Humpty_Dumpty. Acesso: 26/12/2008.

8. MOL, A. *The body multiple. Ontology in Medical Practice*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2002.
9. Disponível em: <http://www.online-literature.com/forums/showthread.php?t=13543>. Acesso: 27/12/2011.
10. Disponível em: <http://www.boingboing.net/2007/10/15/neuroscience-of-alic.html>. Acesso: 27/12/2011.
11. WALDRON, H. A. "Did the Mad Hatter Have Mercury Poisoning?". In: *BMJ*, December, p. 24-31, 1983.
12. Disponível em: <http://www.alice-in-wonderland.net/alice6.html>. Acesso: 28/12/2008.
13. Disponível em: <http://dictionary.reference.com/browse/mercurial>. Acesso: 28/12/2008.
14. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
15. BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. Vol 1. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.
16. BERNSTEIN, P. *Against the gods. The remarkable story of risk*. New York: John Wiley & Sons, 1996.
17. VAN LOON, J. *Risk and the technological culture. Towards a sociology of virulence*. New York: Routledge, 2002.
18. Disponível em: <http://studieren.de/course-profile.0.sociologie-bachelor-master-katholische-universitaet-eichstaettingolstadt.401.333.html>. Acesso: 03/01/2013.
19. BAUMAN, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.
20. BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiciadas. La modernidad y sus parias*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
21. BAUMAN, Z. *Europa. Uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
22. AGAMBEN, G. 'Comentários de Giorgio Agamben y debate final'. In: BAUMAN, Z. *Archipiélago de Excepciones*. Madrid: Katz Editores, 2008.
23. Disponível em: <http://wattsupwiththat.com/2009/12/12/aps-seth-borenstein-is-just-too-damn-cozy-with-the-people-he-covers-time-for-ap-to-do-somethig-about-it/> Acesso: 21/12/2010.
24. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/12/19/AR2010121901494.html>. Acesso: 21/12/2010.
25. VAN ASSELT, M.; VOS, E. *The precautionary principle and the uncertainty paradox*. J Risk Res. 2006;9:313-336.
26. FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.
27. PASCAL. *Pensées*. Paris: Editions Brunschwig *apud* FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995, pp 36.
28. DOSSE, F. *History of Structuralism. Vol 1 The Rising Signs, 1945-1966*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1998.
29. VENTÓS, X. H. *Dios, entre otros inconvenientes*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
30. GRAY, J. *Misa Negra. La religión apocalíptica y la muerte de la utopía*. Barcelona: Ed. Paidós, 2008.
31. ESPOSITO, R. *Bíos. Biopolítica y Filosofía*. Buenos Aires: Amorrotu, 2006.
32. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Conspiracy_\(TV_movie\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Conspiracy_(TV_movie)). Acesso: 02/01/2009.

33. MENDELSON, J. ed. *The Holocaust: Selected Documents in Eighteen Volumes. Vol. 11: The Wannsee Protocol and a 1944 Report on Auschwitz by the Office of Strategic Services*. New York: Garland, 1982, 18-32. Disponível em: www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Holocaust/Wannsee_Protocol.html. Acesso: 01/02/2012.
34. Disponível em: <http://www.writing.upenn.edu/~afilreis/Holocaust/wannsee-transcript.html>. Acesso: 02/01/2012.
35. FOUCAULT, M. *Defender la sociedad*. Curso en el Collège de France (1975-1976). Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2000.
36. BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.
37. JABOR, A. Hiroshima foi uma “vitória” da ciência. In: O Globo. Segundo Caderno, pg. 8, 11/08/2012.
38. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Adelir_de_Carli. Acesso: 03/01/2012.
39. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83355-6001-519,00-PERSONAGEM+DA+SEMANA+ADELIR+DE+CARLIBRO+PADRE+VOADOR.html>. Acesso: 03/01/2012.
40. Disponível em: <http://www.tudolink.com/wp-content/uploads/2008/04/padre-baloos.JPG>. Acesso: 11/08/2011.
41. Disponível em: <http://mentepensante.files.wordpress.com/2008/04/adelir.jpg>. Acesso: 11/08/2011.
42. Disponível em: <http://www.iplay.com.br/Imagens/Fotos/004757.jpg>. Acesso: 11/08/2012.
43. Disponível em: <http://darwinawards.com>. Acesso: 04/01/2012.
44. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86472.shtml>. Acesso: 08/04/2012.
45. Disponível em: <http://www.jt.com.br/editorias/2009/03/26/int-1.94.6.20090326.1.1.xml>. Acesso: 08/04/2012.
46. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anneliese_Michel. Acesso: 03/10/2012.
47. GOODMAN, Felicitas D. *The Exorcism of Anneliese Michel*. Eugene: Resource Publications, 1981.
48. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0454931>. Acesso: 03/10/2012.
49. Disponível em: <http://www.imdb.com/title/tt0404032>. Acesso: 03/10/2012.
50. Disponível em: <http://www.cinedie.com/trust.htm>. Acesso: 04/01/2012.
51. Disponível em: <http://www.metalasylum.com/ragingbull/movies/trust.html>. Acesso: 05/01/2012.
52. LOPEZ-PETIT, S. ‘Politizaciones apolíticas’. In: *La sociedad terapéutica*. Barcelona: Espai en Blanc y Ediciones Bellaterra, 2007, p. 15-34.
53. BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida*. Buenos Aires: Paidós, 2008, p.119.
54. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001, p. 2296.
55. CASTEL, R. *A insegurança social. O que é ser protegido*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
56. KIRKLAND, A. ‘Conclusion: What next?’. In: METZL, J. M.; KIRKLAND, A. *Against health. How health became a new morality*. New York: New York University Press, 2010.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiou
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring Juizos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívio* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoececer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lúgão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden

- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmam
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Êderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodighiero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino



Luis David Castiel possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (1975), mestrado em Community Medicine pela University of London (1981), doutorado em Saúde Pública pelo Fundação Oswaldo Cruz (1993) e pós-doutorado pelo Depto. de Enfermeria Comunitaria, Saúde Pública y Historia de la Ciencia da Universidade de Alicante, Espanha (2005). Atualmente é Pesquisador titular do Depto. de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde,

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública e do Programa de Pós-graduação de Epidemiologia em Saúde Pública, dentro da subárea 'A construção do conhecimento epidemiológico e sua aplicação às práticas de saúde'. Experiência na área de Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Aspectos teóricos e conceituais das Ciências da saúde, Filosofia aplicada às Ciências da Saúde, Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia em Saúde Pública.

Publicações do autor

CASTIEL, L. D. Utopia/atopia – alma ata, saúde pública e o Cazaquistão. *INTERthesis* (Florianópolis), v. 9, p. 62-83, 2012.

CASTIEL, L. D.; Sanz-Valero, J; Vasconcellos-Silva, P. R. *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. v. 1. 187p.

CASTIEL, L. D. Conflitos, interesses e alegorias: o caso SB Brasil 2003. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP. Impresso), v. 26, p. 660-662, 2010.

CASTIEL, L. D.; Sanz-Valero, J. El acceso a la información como determinante social de la salud. *Nutrición Hospitalaria*, v. Supl 3, p. 26-30, 2010.

CASTIEL, L. D.; Alvarez-Dardet, C. *A Saúde Persecutória. Os limites da responsabilidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. v. 1. 136p.

CASTIEL, L. D.; SANZ, Javier. *Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?*. *Cadernos de Saúde Pública* (FIOCRUZ), v. 23, p. 3041-3050, 2007.

CASTIEL, L. D. *A medida do possível... Saúde, risco e tecnobiociências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. v. 1. 204p.

CASTIEL, L. D. *Moléculas, Molestias, Metaforas: O Senso dos Humores*. 1. ed. São Paulo: UNIMARCO, 1996. 175p.

CASTIEL, L. D. *O Buraco e O Avestruz. A Singularidade do Adoecer Humano*. 1. ed. Campinas: PAPIRUS, 1994. 203p.